



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

**Órgão do Partido
Operário Revolucionário**

(11) 95446-2020

www.pormassas.org

@massas.por

anchor.fm/por-massas

Contribuição da Corrente Proletária/POR para o CECUT

Conjuntura Internacional

Resolução sobre a situação internacional

1. A guerra na Ucrânia e a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China determinam o caráter da crise mundial do capitalismo em decomposição. É visível que se trata de um dos maiores confrontos econômico-militares do pós Segunda Guerra Mundial. Há uma mudança qualitativa das guerras que se desenvolveram após 1945 e 1950. A possibilidade de um enfrentamento direto entre os Estados Unidos e a Rússia, envolvendo a aliança montada em torno à OTAN, colocou em discussão os perigos de uma Terceira Guerra. A recente cúpula da OTAN em Vilnius refletiu o risco de um confronto que arrastaria a Europa a uma conflagração generalizada. Nesse marco, o imperialismo norte-americano movimentou forças militares na Ásia. De forma que está clara a ligação e a interdependência da guerra na Ucrânia com a escalada militar no Indo-Pacífico, alimentada pela guerra comercial contra a China. Agregam-se a esses conflitos, a continuidade e o agravamento dos choques de forças que há muito se desenvolvem no Oriente Médio. Nesse mesmo sentido, crescem os desequilíbrios na África e potencializam-se as guerras civis impulsionadas pelo imperialismo. De conjunto, as tendências das guerras comerciais e bélicas refletem o esgotamento da patilha do mundo, realizada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos. O que significa que, depois de uma maciça destruição de riquezas e vidas humanas, as forças produtivas voltaram a se chocar com as relações capitalistas de produção. A humanidade está diante das forças destrutivas mais bárbaras do capitalismo.
2. As guerras travadas em torno à partilha do mundo, ao controle de países e regiões pelo capital imperialista e à conservação da hegemonia mundial dos Estados Unidos são de dominação. Não podem ser confundidas com as guerras revolucionárias de libertação. A história das guerras no capitalismo comprova a possibilidade de transformar as guerras de dominação em guerras de libertação. Os exemplos mais elucidativos se encontram na Revolução Russa de 1917 e na Revolução Chinesa de 1949. Toda guerra resulta em aprofundamento da crise econômica e destruição de forças produtivas. As guerras de dominação arrastam as massas para a barbárie e manutenção do capitalismo em decomposição. Se não forem transformadas em guerras de libertação, a consequência é catastrófica, impondo retrocessos civilizatórios. É o que demonstra a guerra na Ucrânia, que resulta do processo de restauração capitalista, que levou à derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Derrocada essa que recolocou em um plano mais elevado a questão da opressão nacional exercida pela Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas, de um lado, e das potências imperialistas, de outro. Um movimento das massas pelo fim da guerra colocar a ordem do dia a luta anti-imperialista, pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas e contra a restauração capitalista, que somente pode ser erguer como força social contra as guerras de dominação, se retomar as raízes históricas das transformações socialistas e, portanto, se estiver assentado no programa da revolução social. A situação da crise mundial vem colocando para a classe operária e os demais explorados essa encruzilhada. Até o presente momento, a guerra na Ucrânia e as disputas comerciais no Indo-Pacífico têm resultado em destruição de riquezas e de vidas humanas, bem como o agravamento da miséria e fome em escala planetária. Está posta a tarefa de organizar um movimento de resistência massiva à guerra de dominação, que implica enfrentar em primeira ordem, por meio da luta de classes, a escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos e aliados. Somente a classe operária organizada, unida e em luta pode conter o cerco da OTAN à Rússia e à China. Já há descontentamento entre os explorados com a guerra que se prolonga e que resulta no aumento da pobreza, miséria e fome. Os sindicatos e movimentos devem vincular o programa de reivindicações da maioria oprimida com o objetivo de pôr fim à guerra na Ucrânia e evitar a sua generalização.
3. É necessário ter claro que a guerra na Ucrânia e as dissensões dos Estados Unidos com a China são sintomas das contradições do capitalismo da época imperialista, em que as forças produtivas se acham altamente desenvolvidas e não podem mais seguir sua marcha ascendente, porque se encontram encarceradas nas relações monopolistas de produção e nas fronteiras nacionais. Eis por que as gigantescas forças produtivas não puderam e não podem ser dirigidas a acabar com o atraso econômico da maioria das nações e com a miséria que se prolifera desenfreadamente. Essa lei histórica do capitalismo, que indica a necessidade de sua transformação em socialismo, explica por que o avanço das inovações tecnológicas – automação, inteligência artificial, plataformas digitais – vem causando um grande desastre trabalhista em todo o mundo. O aumento do desemprego, a flexibilização capitalista do trabalho e a liquidação de antigas conquistas da classe operária comprovam que a alta tecnologia está em choque com o sistema de propriedade privada e os limites dos Estados nacionais. A luta internacional da classe operária e dos demais trabalhadores por seu programa de reivindicações, obrigatoriamente deve estar vinculada e determinada pela tarefa histórica de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, implantar um plano científico, que se inicia em escala nacional e se projeta em mundial. A situação mundial de abertura de uma guerra no coração da Europa e o cerco imperialista que se fecha no Indo-Pacífico põem à luz do dia que o caminho a ser percorrido pelos explorados é o da revolução proletária.
4. O fato da imensa maioria dos sindicatos e das centrais não terem realizado uma campanha internacional contra o cerco da OTAN à Rússia e, por sua vez, pelo fim da guerra na Ucrânia evidencia a profunda crise de direção. A inércia e mesmo a colaboração das direções sindicais com suas respectivas burguesias impedem que as organizações dos trabalhadores assumam a luta contra a escalada militar e as medidas dos governos que descarregam a crise econômica sobre a maioria oprimida. Importantes mobilizações ocorreram na Europa contra a alta do custo de vida, o rebaixamento do valor da força de trabalho e as contrarreformas. Destacaram-se a greve geral na França, em resposta à imposição da reforma da previdência do governo Macron e a da saúde na Inglaterra. Esses movimentos indicam que se acumulam descontentamento entre os explorados e se potencializam as tendências grevistas. As direções sindicais pressionadas pelas bases se viram obrigadas a saírem de suas cômodas

posições. Mas, se apoiaram nos limites econômicos das greves, de maneira a não vinculá-las à luta contra os governos que vêm impulsionando a escalada militar e auxiliando os Estados Unidos a prolongarem a guerra na Ucrânia. Via de regra, as direções sindicais expressam as variadas políticas dos partidos burgueses ou de partidos de esquerda adaptados ao capitalismo por meio da política reformista, que se contrapõe à luta revolucionária pela derrocada do capitalismo. A burocratização e estatização das organizações sindicais foram levadas ao extremo em décadas de predomínio do colaboracionismo. Eliminou-se, em grande medida, a democracia operária e se esvaziaram os sindicatos dos métodos da ação direta, da unidade e da solidariedade de classe. Não existe hoje uma organização sindical mundial que represente a luta independente dos explorados sob a política e a estratégia do internacionalismo proletário. O que existe são aparatos burocráticos, amplamente susceptíveis à influência da burguesia e de governos imperialistas ou pró-imperialistas. A tarefa de independizar os sindicatos e libertá-los de suas castas burocráticas é parte da luta pela superação da crise de direção. Em toda a parte, vem se colocando o objetivo de constituir frações classistas no interior das organizações e do movimento operário nacional e mundial.

Sobre a base dessas posições, cabe ao Congresso da CUT tomar decisões de ordem estratégica.

1. Aprovar uma resolução como as seguintes orientações:
 - fim da guerra na Ucrânia, tendo por base a caracterização de que se trata de uma guerra de dominação e não de libertação;
 - organização de um movimento internacional em defesa de uma paz sem anexação e sem imposição do imperialismo;
 - interrupção da escalada militar, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos em todo o mundo;
 - por uma Ucrânia livre e independente diante das potências imperialistas e da Rússia;
 - responder à guerra comercial dos Estados Unidos contra a China com a mobilização internacional dos trabalhadores em defesa de seu programa próprio de reivindicações e sob a estratégia do fim do capitalismo e das transformações socialistas.
2. Apoiar os movimentos grevistas e levantes das massas que se rebelam diante das contrarreformas capitalistas, do crescimento do desemprego, da potenciação da informalidade e avanço da pobreza, miséria e fome;
3. Combater a passividade e o divisionismo das direções burocráticas por meio dos métodos da ação direta e da democracia operária;
4. Organizar nos países semicoloniais e oprimidos a frente única anti-imperialista.

Conjuntura Nacional

Resolução sobre a situação nacional

1. A eleição de Lula demarcou uma mudança na conjuntura nacional. Evidenciou o enfraquecimento do movimento político-burguês, que se fortaleceu diante do esgotamento do período governamental do PT, de 2003-2016, quando a crise econômica mundial, iniciada em 2008, arrastou o Brasil e potenciou a articulação golpista que derrubou a presidência de Dilma Rousseff. Os governos de Temer e Bolsonaro não conseguiram debelar a derrocada econômica. Ao contrário, a ampliou com medidas pró-imperialistas, antinacionais e antipopulares. Cumpriram o objetivo de impor as contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como avançar a regulamentação da terceirização. Nesse processo, ocorreram mudanças na legislação sindical, fortalecendo o intervencionismo estatal. As direções sindicais se mostraram adaptadas ao capitalismo. Foram incapazes de organizar o movimento nacional contra as reformas trabalhista e previdenciária. No período da pandemia, recrudescer o intervencionismo estatal mediante o recuo das direções sindicais que se prostraram diante da política burguesa do isolamento social. A onda de fechamento de fábricas tomou a classe operária desprevenida, desorganizada e atomizada. As inúmeras centrais sindicais contribuíram para que essa situa-

ção contrária às necessidades mais elementares da maioria oprimida fosse imposta sem a devida resistência. A classe operária, assim, não pôde se destacar como a força social voltada a derrotar a política dos governos golpistas, de direita e de ultradireita.

2. A remoção do governo fascizante de Bolsonaro se deveu às divisões interburguesas. As massas carentes de uma direção proletária e revolucionária foram arrastadas para a polarização eleitoral. A ultradireita foi derrotada eleitoralmente, sem, contudo, ter deixado de se manter como um polo de oposição. O fracasso da aventura golpista de 8 de janeiro se deveu à reação das próprias instituições do Estado burguês, e não da parte dos explorados, que deveriam estar organizados para lutar contra os métodos ditatoriais da burguesia, de preservação de sua dominação de classe. O fato de Lula ter incluído em seu governo forças da direita e procurado inclusive trazer para seu lado elementos do bolsonarismo evidencia a sua forte dependência diante do Congresso Nacional oligárquico. No fundamental da política econômica, não há ruptura com as linhas traçadas pelos governos anteriores. Lula está comprometido em manter a gigantesca dívida pública e o enorme parasitismo financeiro. Eis por que se negou a revogar a reforma trabalhista e a lei da terceirização; se negou a reeditar a política de recuperação do valor real do salário mínimo; foi corresponsável com a aprovação do Marco Temporal; estabeleceu um acordo em torno ao Arca-bouço Fiscal e levou a cabo a aprovação da Reforma Tributária, que vinha sendo pleiteada, há muito tempo, por uma parcela poderosa de capitalistas. Basta esse breve percurso para que o governo Lula seja caracterizado como serviçal do grande capital.
3. O governo Lula, evidentemente, se diferencia do governo de ultradireita, quanto à defesa das instituições do Estado burguês e dos métodos de gerenciamento das divergências interburguesas. Nesse sentido, necessita se apoiar nas massas oprimidas por meio do assistencialismo. É do seu interesse político manter as direções sindicais subordinadas à sua política de negociação entre as várias frações da classe capitalista. A premissa de entendimento entre o capital e o trabalho se volta contra as necessidades e os interesses do proletariado, dos camponeses pobres e das camadas médias urbanas. As teses de “pacificação” que orientam o governo de centro-direita de Lula resultam em unidade da burguesia contra a maioria explorada, que vem arcando com o maior peso da crise econômica e da decomposição do capitalismo.
4. As direções sindicais e das centrais estão, em sua imensa maioria, comprometidas com a política de desvio da luta de classes e de imposição da colaboração de classes. A avaliação de que a derrota do governo de ultradireita abriu caminho para o progresso econômico, político e social é subjetiva e falsa. O governo Lula não tem como dar passos no sentido de promover um grande desenvolvimento das forças produtivas, reindustrializar o país, reduzir em grande escala o desemprego e o subemprego, retomar antigas conquistas trabalhistas, evitar a penetração maciça das atividades capitalistas na Amazônia, atender minimamente a almejada “reforma agrária”, conter as privatizações e reestatizar as empresas já privatizadas, bem como resolver o problema da fome e impor a soberania nacional diante das pressões do imperialismo.

Sobre a base dessas posições, o Congresso da CUT deve aprovar:

1. Rompimento das centrais e sindicatos com a política das direções burocráticas de colaboração de classes e de apoio ao governo burguês de Lula;
2. Constituição de um movimento de oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula;
3. Estabelecimento da completa independência política, ideológica e organizativa dos explorados e oprimidos. Reconstituição da democracia sindical;
4. Organização de uma campanha local, regional e nacional pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e revogação das contrarreformas;
5. Combate à flexibilização capitalista do trabalho e contra os acordos antioperários (layoff, banco de horas, PDV etc.);

6. Não pagamento da dívida pública e canalização dos recursos para a educação e saúde públicas e moradia;
7. Fim das privatizações e reestatização sob o controle operário, sem indenização;
8. União da classe operária e dos camponeses pobres pelo fim do domínio latifundiário e entrega das terras aos camponeses.

Estratégia da CUT

1. A estratégia do movimento operário e sindical é definida pelas relações capitalistas de produção, exploração do trabalho, acumulação de riquezas em mãos de uma minoria detentora da propriedade privada dos meios de produção, pobreza e miséria das massas e luta de classes. Eis por que se distingue e se opõe à estratégia dos partidos da burguesia, que têm por objetivo manter as relações capitalistas de produção e apropriação das riquezas socialmente criadas.
2. O controle da classe operária por meio das mais variadas formas pela classe capitalista corresponde à estratégia de dominação e manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Quanto maior for a dependência dos sindicatos e centrais ao Estado e aos governantes, mais segura está a estratégia da dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Ao contrário, quanto maior for a independência ideológica, política e organizativa da classe operária e dos demais trabalhadores, maior será a debilidade da estratégia da classe dominante sobre as classes dominadas. As direções sindicais que trabalham a serviço da manutenção do capitalismo servem à estratégia burguesa e, portanto, contrapõem-se à estratégia revolucionária do proletariado. Não há forma intermediária: ou as direções sindicais se apoiam na estratégia de manutenção do capitalismo – via de regra por meio do reformismo –, ou encarnam a estratégia de transformação do capitalismo em socialismo – por meio da revolução social, que por seu conteúdo histórico é proletária.
3. O capitalismo da época imperialista não comporta reformas estruturais progressivas. Estão excessivamente desenvolvidas as condições objetivas para a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A profunda crise de direção explica o atraso do movimento operário nacional e internacional em vincular suas lutas pelas reivindicações mais elementares com a estratégia da revolução social. A subserviência das direções sindicais ao reformismo burguês favorece a estratégia de dominação capitalista nas condições em que suas forças produtivas se desintegram e avançam todas as formas de barbárie social. A luta da vanguarda com consciência de classe no interior do movimento operário e sindical exige a defesa e o desenvolvimento da estratégia da revolução social.
4. A clareza sobre a distinção entre a estratégia da classe operária e da burguesia é fundamental para o desenvolvimento da tática e dos métodos de luta próprios dos explorados. Não se pode separar a tática da estratégia. Ao contrário, deve-se compreender a interdependência e o condicionamento da tática pela estratégia. O reformismo sindical tem por estratégia manter o capitalismo, esvaziando o conteúdo revolucionário do socialismo. A estratégia de defesa de democracia burguesa, ocultando o seu caráter de classe, implica a negação da luta de classes e do objetivo histórico da luta do proletariado pelo poder. Ao tomar como

estratégia sindical a democracia regida pelos exploradores, tende-se a eliminar a democracia operária, e, portanto, a democracia sindical. Sujeita-se às leis discricionárias contra o direito de greve e de organização independente no interior das fábricas.

5. Em palavras, é comum afirmar que o socialismo seria alcançado com melhor distribuição de renda, diminuição das desigualdades, aperfeiçoamento da democracia e justiça social e garantia dos direitos humanos, evitando assim a violência da luta de classes e a necessidade histórica da revolução social. Essa estratégia condiciona a tática que as direções impõem aos sindicatos e ao movimento operário, camponês e popular.
6. O conteúdo da tática de colaboração de classes é o da negociação, dos acordos sem luta, da participação em organismos do Estado, da pressão parlamentar por meio das negociações legislativas entre os partidos da ordem capitalista, do engajamento eleitoral, do apoio a governos ditos progressistas (para isso esvaziam o conteúdo de classe dos governantes) etc. Em resumo, a estratégia e a tática da burocracia sindical reformista é a da harmonia entre o capital e trabalho. Essa política se acha implantada nos sindicatos e centrais, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Assentase no retrocesso histórico imposto pelas contrarrevoluções, que contaram com as traições dos partidos estalinizados e dos reformistas. É necessário em todas as circunstâncias da luta de classes e das elaborações políticas trabalhar pela retomada da estratégia e da tática revolucionárias, além de combater as contrarrevolucionárias.
7. O movimento operário e sindical, para alcançar a independência política, ideológica e organizativa, está obrigado a ter a estratégia e a tática próprias. O método da ação direta, a democracia das assembleias, a soberania das decisões coletivas, eleições sindicais diretas e controladas pela assembleia geral e a liberdade irrestrita de constituição das oposições sindicais são condizentes com a estratégia de luta do proletariado por sua emancipação da exploração e opressão capitalistas. Sob a estratégia, a tática, os métodos e a democracia sindical, a classe operária impossibilita a estatização dos sindicatos e combate as pressões da classe inimiga de torná-los canal da política de dominação. A burocratização dos sindicatos e a constituição de uma casta de dirigentes profissionais, que vivem às expensas da contribuição dos filiados, são fenômenos de controle da burguesia sobre o proletariado e os demais trabalhadores. O que significa a imposição da estratégia patronal de desvio e arrefecimento da luta de classes nas condições em que impera a democracia burguesa. E se a luta de classes ultrapassa as fronteiras “democráticas” determinadas pelo Estado - vigência da ditadura de classe da burguesia -, os exploradores se valem do regime ditatorial e fascizante. A burocracia sindical se apoia nas contradições políticas da própria classe dominante, para manejar a estratégia de defesa da democracia contra as forças fascizantes, como se não fossem variantes de regime político dos exploradores. A classe operária somente pode fazer frente às tendências totalitárias da burguesia com sua estratégia e métodos próprios da luta de classes. A defesa da democracia burguesa pelas direções sindicais sufoca as tendências instintivas de combate do proletariado, favorecendo assim a estratégia burguesa de dominação.
8. É parte da estratégia da classe operária o internacionalismo. A luta de classes se dá em nível mundial, embora se manifeste inicialmente nos marcos nacionais, impostos pelo próprio capitalismo. É necessário que a CUT rompa com a

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



política das organizações mundiais, que servem de aparato para a imposição da política social-democrata de conciliação de classes. A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), sobretudo, estão sujeitas às influências e determinações da burguesia e governos imperialistas. Basta ver a posição dessas organizações diante da guerra na Ucrânia e de suas consequências para a vida das massas. A CSI em sua declaração condena a invasão da Rússia à Ucrânia, mas apoiando a coligação imperialista liderada pelos Estados Unidos e apetrechada militarmente pela OTAN. Não pode haver menor dúvida que os Estados Unidos vêm se utilizando da Ucrânia como bucha de canhão, para avançar em seus objetivos econômicos e geopolíticos. A paz defendida pela CSI é a mesma aventada por Joe Biden, cuja diretriz é a de capitulação da Rússia. O auxílio dessa central mundial à Ucrânia, na realidade, resulta em apoio à OTAN. A classe operária no Brasil e no mundo deve condenar as direções que subordinam os sindicatos e as centrais à estratégia e aos interesses das potências imperialistas. Se a CSI e CSA tivessem um só traço de classismo organizariam os explorados para pôr fim à guerra na Ucrânia, iniciando a luta pelo desmantelamento da OTAN e sob a bandeira de paz sem anexação e sem os imperativos do imperialismo, e pela autodeterminação da nação oprimida.

Sobre a base dessas posições, o Congresso decide:

1. Combater a política de conciliação de classes das direções sindicais, que serve de canal para a preservação da estratégia burguesa de dominação e de perpetuação da exploração da força de trabalho;
2. Estabelecer que a classe operária tem sua estratégia própria de poder, seus métodos de luta, suas táticas e sua democracia;
3. Vincular a defesa do programa de reivindicações dos explorados com o programa estratégico da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, portanto, da revolução social;
4. Lutar contra a estatização das organizações sindicais, libertando-as da casta burocrática profissional e autoritária;
5. Garantir a unidade dos trabalhadores, enfrentando o divisionismo e o corporativismo que expressam a presença da estratégia burguesa de dominação no seio do movimento sindical;
6. Rejeitar os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, que se materializam na forma de layoff, banco de horas, redução da jornada com redução de salários, PDV e outros. Lutar em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas;
7. Responder ao fechamento de fábricas com o método da ocupação, com o controle operário da produção, com a defesa da estatização sem indenização e com a mobilização nacional pelos empregos, salários e direitos;
8. Lutar contra as demissões, o desemprego, o subemprego, a informalidade e a terceirização com a luta pela redução da jornada sem redução de salários, efetivação de todos os trabalhadores;
9. Combater as contrarreformas trabalhista, previdenciária, sindical e a lei da terceirização por meio da defesa do pro-

grama de reivindicações que unifique a classe operária e os demais explorados em um movimento nacional. A bandeira de revogação das contrarreformas deve estar baseada na campanha pelo programa de reivindicações e no método da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, ocupações);

10. Enfrentar as privatizações com a luta pela estatização e reestatização sem indenização e controle operário da produção. Organizar uma frente única anti-imperialista.

Plano de Luta

O Plano de Luta, a estratégia e a tática devem corresponder às condições objetivas da situação econômica, política e da luta de classes. Trata-se do Congresso CUT de aprovar resoluções, que possibilitem e obriguem as direções sindicais a aplicá-las no dia a dia. De forma que o próximo Congresso tenha como avaliar o seu cumprimento e o papel da direção eleita. Está claro que sem a luta da vanguarda com consciência de classe para libertar os sindicatos da estratégia burguesa, do burocratismo e do corporativismo não é possível avançar na organização dos explorados e impor conquistas que fortaleçam a independência de classe.

A Corrente Proletária destaca no Plano de Luta os seguintes pontos:

1. Organizar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e de frente ampla. Reagir à ofensiva da ultradireita fascizante com o programa de reivindicações e os métodos de luta da classe operária;
2. Estruturar uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Lutar contra o fechamento de fábricas e as demissões. Por um salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora. Redução da jornada sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho. Reposição das perdas salariais, reajuste automático de acordo com a alta da inflação, escala móvel de reajuste;
3. Revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e combater as novas investidas do governo Lula;
4. Retomar as ocupações de terra e fortalecer o movimento camponês nacional, sob a bandeira de expropriação dos latifúndios e nacionalização das terras, como parte da revolução agrária. Denúncia e luta pelo fim imediato da CPI do MST. Revogação do Marco Temporal e direito à autodeterminação das nações indígenas;
5. Pelo fim das privatizações e reestatização sem indenização. Não ao pagamento à dívida pública. Ampliar os recursos para a saúde, educação e moradia popular;
6. Erradicar as discriminações e abolir todo tipo de violência sobre as mulheres, os negros, os indígenas e os LGBTQs. Lutar contra toda forma de opressão de classe, com as bandeiras de trabalho igual, salário igual; proteção à maternidade; fim da discriminação trabalhista e cultural;
7. Responder à guerra na Ucrânia e a escalada militar com a bandeira proletária de paz sem anexação, sem nenhuma imposição do imperialismo, autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia, sob o programa da revolução proletária e do socialismo.



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lênin estrategista
da revolução proletária**
*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



**Nova
Coleção
Editorial**